

## **Caminhos para a equidade no SUS: desafios e avanços das políticas de gênero**

Vitória Nascimento França<sup>1</sup> - 0009-0003-4629-899X  
Rosilea Chain Hartung Habibe<sup>2</sup> - 0000-0002-9393-8887  
Kamila de Oliveira do Nascimento<sup>3</sup> - 0000-0001-8360-4827

1 - Discente do Curso de Nutrição - Grupo Formação de VR. UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ. [vitorianascimentoFranca756@gmail.com](mailto:vitorianascimentoFranca756@gmail.com)

2 - Coordenadora do PET Saúde - Grupo Formação de VR. Curso de Odontologia. UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.

Redonda, Volta Redonda, RJ.

3 - Tutora do PET Saúde - Grupo Formação de VR. Docente do Curso de Nutrição. UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.

**Resumo:** Garantir a equidade no SUS exige que os desafios históricos que afetam as mulheres negras e a população LGBTQIAPN+ sejam enfrentadas por meio de políticas voltadas a equidade de gênero. O objetivo desse artigo foi analisar os caminhos para a equidade no SUS, com ênfase nos desafios e avanços das políticas de gênero. Foi realizada uma pesquisa por meio de uma revisão narrativa da literatura, reunindo informações sobre as Políticas de Equidade de Gênero, suas conquistas e os desafios enfrentados. As políticas de equidade de gênero no Brasil têm avançado significativamente, promovendo direitos e dignidade para mulheres, população negra e LGBT. No entanto, persistem desafios estruturais, como a resistência cultural, a escassez de recursos e a falta de capacitação profissional, que ainda comprometem sua implementação eficaz. Superar esses obstáculos exige uma abordagem integrada, com maior investimento, sensibilização e formação contínua dos profissionais de saúde. A efetiva implementação dessas políticas é essencial para consolidar um sistema de saúde mais justo e inclusivo para todos. Conclui-se que é essencial ampliar a participação ativa dos movimentos sociais e de toda a sociedade civil na construção de políticas públicas mais inclusivas e equitativas. Somente por meio dessa abordagem integrada e com o comprometimento de todos os atores envolvidos será possível garantir um SUS mais inclusivo, que assegure o acesso universal e igualitário à saúde, promovendo a dignidade e os direitos das populações mais vulneráveis.

**Palavras-chave:** Equidade de gênero, LGBTQIAPN+, Mulheres Negras.

## INTRODUÇÃO

Promover a Equidade de Gênero é um dos maiores desafios enfrentados pelo Sistema único de Saúde (SUS) no Brasil, as desigualdades de gênero vêm afetando diversas esferas da sociedade, incluindo a saúde. Sendo que a equidade de gênero no SUS é a garantia de tratamento justo e igualitário a todos os usuários, considerando as diferenças de gênero. O que compreende as políticas e programas que abordam as desigualdades de gênero, proporcionando acesso aos serviços de saúde e melhorando a qualidade do atendimento para todos (OPAS, 2024).

Para enfrentar essas desigualdades, o SUS tem adotado políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero e à inclusão no ambiente de trabalho. Entre as estratégias equitativas, destacam-se medidas para ampliar o acesso das pessoas trans aos serviços de saúde, incluindo a criação de ambulatórios especializados e a garantia do respeito aos usuários. Além disso, o uso do nome social é fundamental para a afirmação da identidade e dignidade das pessoas trans nos atendimentos. Essas ações buscam construir um ambiente mais inclusivo, acolhedor e respeitoso para todos os usuários do SUS (FERREIRA; PEDROSA; NASCIMENTO, 2018).

O presente artigo foi desenvolvido no contexto do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) e discute as conquistas da população negra, especialmente das mulheres dessa etnia e das pessoas LGBTQIAPN+, grupos historicamente submetidos à discriminação e exclusão social. Essas desigualdades estruturais contribuem para outras formas de exclusão, tornando essencial a implementação de políticas que promovam a equidade e o acesso universal à saúde.

As Políticas Públicas de Equidade de Gênero são iniciativas que buscam atender às necessidades e demandas dessas populações, reconhecendo e enfrentando as desigualdades estruturais, culturais e sociais que as afetam (IPEA, 2024). Nesse contexto, este trabalho ressalta a importância da equidade de gênero no SUS, destacando os desafios e conquistas dessa parcela da população brasileira, que, apesar dos avanços, ainda enfrenta preconceito institucional.

O objetivo desse artigo foi analisar os caminhos para a equidade no SUS, com ênfase nos desafios e avanços das políticas de gênero.

## **MÉTODOS**

Este artigo foi elaborado por meio de uma revisão narrativa da literatura, reunindo informações sobre as Políticas de Equidade de Gênero, suas conquistas e desafios. Foram analisados estudos científicos publicados de 2016 até 2024, além de políticas públicas e diretrizes específicas do SUS. A busca foi realizada em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como "equidade de gênero", "políticas públicas" e "SUS".

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### *Conquistas com relação as políticas de equidade de gênero no SUS*

A luta das mulheres por direitos e equidade de gênero no Brasil teve início na década de 1980 e se consolidou em 2004 com a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). Essa política ampliou o conceito de saúde da mulher, considerando diferentes fases da vida e suas condições sociais. Seu desenvolvimento foi impulsionado pelo movimento feminista e pela reforma sanitária, que também contribuíram para a inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos, a igualdade de acesso e a humanização dos serviços de saúde. A PNAISM garantiu a oferta de serviços essenciais de promoção da saúde, prevenção de doenças e assistência humanizada, com foco especial nas populações mais vulneráveis, tornando a saúde da mulher uma prioridade no SUS (Souto; Moreira, 2021).

Já a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída em 2009, foi criada para enfrentar as desigualdades raciais na saúde e garantir o acesso equitativo aos serviços do SUS. Desenvolvida em resposta à mobilização dos movimentos sociais negros, essa política reconhece o racismo estrutural como um determinante social da saúde e busca superá-lo por meio de ações específicas (Silva et al., 2021).

O movimento LGBT no Brasil teve início na década de 1970, com a fundação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), que marcou o começo da luta contra a invisibilidade social e pela garantia de direitos, incluindo o acesso à saúde e à educação de qualidade. No entanto, apenas em 2011 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT), que visa assegurar um atendimento equitativo e humanizado, reconhecendo as necessidades específicas dessa população e reduzindo desigualdades (Bezerra, 2019).

Outro avanço importante foi a implementação do Nome Social, que permite que pessoas trans sejam chamadas de acordo com sua identidade de gênero, especialmente quando o nome registrado ao nascer não condiz com sua vivência. A adoção do nome social é fundamental para garantir dignidade, cidadania e inclusão social, além de reduzir o estigma e a discriminação. Esse direito deve ser respeitado em escolas, ambientes de trabalho e serviços de saúde (Incerti; Carvalho; Casagrande, 2021).

As políticas abordadas representam marcos significativos na promoção da equidade no SUS, fortalecendo a saúde e garantindo direitos a diferentes grupos sociais. Cada conquista reflete a luta e a determinação de movimentos sociais que buscam justiça, inclusão e respeito.

#### *Desafios e soluções para a promoção de equidade de gênero no SUS*

As políticas voltadas para a equidade de gênero no SUS têm avançado, mas ainda enfrentam desafios econômicos, culturais e estruturais, como a falta de recursos, a escassez de capacitação profissional e a resistência cultural, que dificultam sua efetivação. Para superá-los, é essencial ampliar investimentos e adotar uma abordagem integrada, que envolva a formação continuada dos profissionais e a adaptação das políticas às realidades sociais e culturais.

Conforme Souto e Moreira (2021) a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) enfrenta diversos desafios econômicos e políticos que limitam sua efetividade. Embora o SUS tenha priorizado a saúde da mulher em todas as fases da vida, ainda há necessidade de vigilância social constante para garantir a ampliação e a consolidação dos direitos conquistados.

Já a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) enfrenta barreiras significativas devido ao racismo estrutural presente nas políticas públicas e à falta de capacitação dos profissionais da saúde, o que dificulta o acesso da população negra aos serviços do SUS e perpetua desigualdades. Além disso, conforme Silva et al. (2021), as desigualdades regionais e culturais também impactam a implementação dessa política, tornando-a um desafio persistente.

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT) também sofre com dificuldades financeiras, barreiras culturais e institucionais, além da ausência de profissionais capacitados. Segundo Bezerra (2019) o preconceito e a falta de técnicos de referência em saúde LGBT nas secretarias públicas são obstáculos que comprometem a implementação eficaz das ações previstas.

Outro desafio relevante é a efetivação do uso do Nome Social, um avanço fundamental para a dignidade da população trans. No entanto, conforme apontam Incerti, Carvalho e Casagrande (2017) ainda há forte resistência em ambientes mais conservadores, especialmente entre as gerações mais velhas. A aplicação integral desse direito em escolas, locais de trabalho e serviços de saúde ainda enfrenta barreiras, exigindo esforços contínuos para sua plena implementação.

Dessa forma, embora as políticas de equidade de gênero no SUS tenham avançado, desafios persistem e precisam ser superados por meio de uma abordagem mais integrada. Para fortalecer a PNAISM, é essencial ampliar a participação social e qualificar os profissionais da saúde. No caso da PNSIPN, ações de sensibilização sobre o racismo estrutural e a adaptação das políticas às necessidades regionais são fundamentais. Já para a PNSI-LGBT, garantir financiamento adequado, promover campanhas de conscientização sobre o nome social e investir no letramento LGBT são estratégias essenciais. A combinação dessas ações, aliada a esforços contínuos de fiscalização e implementação, pode contribuir significativamente para a consolidação da equidade de gênero no SUS.

## CONCLUSÕES

Este artigo evidenciou a importância das políticas de equidade de gênero no SUS, destacando suas implicações para a promoção da saúde de populações historicamente marginalizadas, como mulheres, negros e pessoas LGBTQIAPN+. Embora se reconheça o avanço significativo de iniciativas como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, ainda existem desafios que limitam sua plena efetividade. A falta de recursos financeiros, a resistência cultural e a deficiência na capacitação profissional são obstáculos contínuos que comprometem a implementação eficaz dessas políticas.

Para que a equidade de gênero seja plenamente realizada no SUS, é fundamental aumentar os investimentos financeiros, oferecer programas de formação contínua aos profissionais de saúde e promover uma adaptação das políticas às realidades sociais e culturais específicas de cada região. Além disso, conclui-se que é essencial ampliar a participação ativa dos movimentos sociais e de toda a sociedade civil na construção de políticas públicas mais inclusivas e equitativas. Somente por meio dessa abordagem integrada e com o comprometimento de todos os atores envolvidos será possível garantir um SUS mais inclusivo, que assegure o acesso universal e igualitário à saúde, promovendo a dignidade e os direitos das populações mais vulneráveis.

## AGRADECIMENTOS

Ao PET-Saúde Equidade, aos alunos do Curso de Nutrição, Medicina, Educação física, Direito, Enfermagem e Odontologia do UniFOA. Aos preceptores e as instituições parceiras que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, M.V.R. **Barreiras estruturais e interdições dos corpos: desafios para implantação da política nacional de saúde integral LGBT na Bahia**. Repositório Institucional Ufba, Vitória da Conquista - Bahia, 03 ago. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33839>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. DECRETO Nº 8.727 nº 8.727, de 28 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou**

**transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.** Brasília, 2016.

FERREIRA, B.O.; PEDROSA, J.I.S.; NASCIMENTO, E.F. **Diversidade de gênero e acesso ao sistema único de saúde.** Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza, p. 1-10, 2018. Semestral. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323649334\\_Diversidade\\_de\\_genero\\_e\\_acesso\\_a\\_o\\_Sistema\\_Unico\\_de\\_Saude](https://www.researchgate.net/publication/323649334_Diversidade_de_genero_e_acesso_a_o_Sistema_Unico_de_Saude). Acesso em: 14 jan. 2025

INCERTI, T.G.V.; CARVALHO, A.M.; CASAGRANDE, L.S. **Nome social: um direito de e para a cidadania.** Cadernos de Gênero e Tecnologia, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 456-476, 2021. Semestral.

IPEA. **Catálogo de Políticas Públicas:** Gênero. IPEA, 2024. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/timeline>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SILVA, T.O.; ARAÚJO, E.M.; FREITAS, K.S.; SILVA, S.S.B. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma proposta de avaliação.** Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 45, n. 129, p. 354-365, 2021. Trimestral. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021129102>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SOUTO, K.; MOREIRA, M.R. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres.** Saúde em Debate, [S.L.], v. 45, n. 130, p. 832-846, set. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104202113020>.